

Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires

Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios
Ultramarinos Europeus

Edited by José Vicente Serrão
Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues
and Susana Münch Miranda

© 2014 CEHC-IUL and the authors.

All rights reserved.

Title: Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires.

Edited by: José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda.

Editorial Assistant: Graça Almeida Borges.

Year of Publication: 2014.

Online Publication Date: April 2015.

Published by: CEHC, ISCTE-IUL. Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Tel.: +351 217903000. E-mail: cehc@iscte.pt.

Type: digital edition (e-book).

ISBN: 978-989-98499-4-5

DOI: [10.15847/cehc.prlteoe.945X000](https://doi.org/10.15847/cehc.prlteoe.945X000)

Cover image: “The home of a ‘Labrador’ in Brazil”, by Frans Post, c. 1650-1655 (Louvre Museum).

This book incorporates the activities of the FCT-funded Research Project (PTDC/HIS-HIS/113654/2009)
“Lands Over Seas: Property Rights in the Early Modern Portuguese Empire”.

Contents | Índice

Introduction	
Property, land and territory in the making of overseas empires <i>José Vicente Serrão</i>	7
Part I Organisation and perceptions of territory Organização e representação do território	
1. Ownership and indigenous territories in New France (1603-1760) <i>Michel Morin</i>	21
2. Brazilian landscape perception through literary sources (16th-18th centuries) <i>Ana Duarte Rodrigues</i>	31
3. Apropriação econômica da natureza em uma fronteira do império atlântico português: o Rio de Janeiro (século XVII) <i>Maria Sarita Mota</i>	43
4. A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777 <i>Jeferson Mendes</i>	55
5. Urbanística e ordenamento do território na ocupação do Atlântico: as ilhas como laboratório <i>Antonieta Reis Leite</i>	67
6. Do mar à serra: a apropriação do solo na ilha da Madeira <i>Nelson Veríssimo</i>	81
7. Cartografia de uma propriedade na ilha de São Miguel: as Furnas de José do Canto (século XIX) <i>Pedro Maurício Borges</i>	89
Part II European institutions in colonial contexts Instituições europeias em contextos coloniais	
8. Bens, direitos e rendimentos no reino e na América portuguesa: o morgado e a capitania (século XVI) <i>Maria Leonor García da Cruz</i>	99
9. Capelas e terras de ónus de missa na ilha do Fogo, Cabo Verde (séculos XVI-XVIII) <i>Maria João Soares</i>	115
10. Valorização e exploração do património vinculado em São Miguel (séculos XVII-XVIII) <i>José Damião Rodrigues</i>	123
11. História da propriedade eclesiástica nos Açores: o património do convento de São João de Ponta Delgada (século XVII) <i>Graça Delfim</i>	135
12. A exploração da terra sob o regime da <i>colônia</i> no arquipélago da Madeira <i>João Palla Lizardo</i>	145
13. A persistência dos sistemas tradicionais de propriedade fundiária em Damão e Baçaim (século XVI) <i>Luis Frederico Dias Antunes</i>	155
14. Property rights and social uses of land in Portuguese India: the Province of the North (1534-1739) <i>Susana Münch Miranda</i>	169

Part III Colonial land policies		
Políticas de terras coloniais		
15.	The Portuguese land policies in Ceylon: on the possibilities and limits of a process of territorial occupation <i>José Vicente Serrão</i>	183
16.	Influência política, ocupação territorial e administração (in)direta em Timor (1702-1914) <i>Manuel Lobato</i>	197
17.	A expulsão dos jesuítas e a secularização da propriedade da terra no Pará do Setecentos <i>José Alves de Souza Junior</i>	211
18.	Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola <i>Mariana Pinho Candido</i>	223
19.	Labour exploitation and the question of land rights in colonial Malawi (Nyasaland) <i>Davemonie Sawasawa</i>	235
20.	Regime de terras e cultivo de algodão em dois contextos coloniais: Uganda e Moçambique (1895-1930) <i>Albert Farré</i>	245
21.	African access to land in early 20th century Portuguese colonial thought <i>Bárbara Direito</i>	255
Part IV Property, society and conflict		
Propriedade, sociedade e conflito		
22.	Traders, middlemen, smugglers: the Chinese and the formation of colonial Timor (18th-19th centuries) <i>Paulo Jorge de Sousa Pinto</i>	267
23.	As repercussões do elitismo colonial português na exploração da terra em Moçambique (século XX) <i>Martinho Pedro</i>	279
24.	Direito à terra e ao território em Moçambique no período colonial e após a independência <i>José Gil Vicente</i>	291
25.	Land law and polygamy in the Bamiléké tribe in Cameroon <i>Mathurin Clovis Tadonkeng</i>	305
26.	As dívidas do açúcar na capitania de Pernambuco (século XVIII) <i>Teresa Cristina de Novaes Marques</i>	313
27.	Territorialidade e sentidos da posse da terra na Zona da Mata de Pernambuco <i>Ana Luísa Micaelo</i>	325
28.	The transformation of the property regime in 19th century Argentina <i>Federico Benninghoff Prados</i>	335

História da propriedade eclesiástica nos Açores: o património do convento de São João de Ponta Delgada (século XVII)

Graça Delfim¹

Abstract: Since the “Clarissas” were cloistered, it naturally became pertinent to find means of subsistence without breaking the vows they abided by. The fact that the order of Santa Clara was barred from daily communion with the outside world raised early on the question of the sustainability of women groups subjected to this way of life. Ensuring their intramural sustainability became crucial. In the case of the convent of São João of Ponta Delgada, this difficulty was mitigated by husband and wife Manuel Martins Soares and Maria Jácome Raposo’s intention of establishing a convent close to their house. The document creating the convent of São João shows that the reason behind it was the spiritual inclination of the couple’s two young daughters, who would devote themselves entirely to religion. Manuel Martins Soares and Maria Jácome Raposo ensured the building of the Convent of São João from a church erected in their residence area with a dowry of 450 cruzados, intended for the preservation of the future religious community. The endowments of the professed and the purchases and leases also contributed to maintain the sustainability of the convent, as well as to confirm the eminently rentier profile of the convent defined by the original endowment. This text is also a space for reflection and debate on the findings and issues arising from the study in question.

Resumo: Estando as Clarissas sujeitas à clausura, óbvio se torna a pertinência de conseguir meios de subsistência sem com isso obstar aos votos a que estavam sujeitas. A circunstância de à regra de Santa Clara ser vedada a comunhão diária com o mundo exterior questionou desde o começo a sustentabilidade dos grupos femininos submetidos a esta forma de vida. Tornou-se imperativo asseverar a sua sustentação intramuros. No caso do convento de S. João de Ponta Delgada esta dificuldade foi minorada pela intenção do casal Manuel Martins Soares e Maria Jácome Raposo que junto às casas de morada desde cedo manifestou a intenção de instituir um Convento. O documento instituidor do convento de São João traduz as causas que levaram à sua fundação, as quais se prendem com a motivação espiritual de duas jovens filhas do casal que viriam a dedicar-se inteiramente à religião. Por este meio Manuel Martins Soares e Maria Jácome Raposo garantem a edificação do convento de São João a partir de uma Igreja erguida na sua área de residência com um dote no valor de 450 cruzados para a manutenção da futura coletividade religiosa. Os dotes das professoras, as aquisições e os contratos de locação similarmente vieram contribuir para a manutenção dos níveis de sustentabilidade do cenóbio, tal como corroborar o perfil eminentemente rentista do convento que foi logo delineado pela primeira dotação. O teor do trabalho desenvolvido apela a que este texto também constitua um espaço de reflexão e de debate em torno das conclusões e das questões decorrentes do estudo em causa.

¹ Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar – FCSH/Nova-UAc, Portugal, mdgdelfim@gmail.com.

José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda (eds.). *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisbon: CEHC-IUL, 2014. ISBN: 978-989-98499-4-5.

© 2014 CEHC-IUL and Graça Delfim. Chapter DOI:10.15847/cehc.prkteoe.945X011.

O presente texto, que se baseia directamente em trabalho anterior próprio sobre o mesmo tema (Delfim 2012), tem como objetivos essenciais: conhecer a estrutura material e de sustento do mosteiro de S. João; compreender o impacto socioeconómico do mosteiro na comunidade; determinar as formas e os ritmos de aquisição e estruturação do património; a percentagem de solo efetivo pertencente ao convento, em regime jurídico pleno e/ou de usufruto; a sua distribuição espacial e dimensão; as várias componentes móveis, imóveis, financeiras e outras deste património; caracterizar a composição do património de São João; o regime de exploração da terra dominante; analisar e explicar os indicadores dos rendimentos e as formas de sustentação do mosteiro (receitas, produção e rentabilidade em S. João); comparar e contextualizar o presente estudo de caso no quadro da realidade portuguesa e no quadro da realidade europeia. Afigurou-se-nos não menos pertinente conjugar este estudo com o conhecimento da Casa enquanto espaço de devoção e de vigilância da regra, e entender como a organização social do mosteiro retratava a comunidade envolvente.

A pertinência e originalidade deste trabalho deve-se ao facto de ser o primeiro de âmbito regional que se dedica exclusivamente ao estudo da propriedade monástica. O estudo sobre o património do convento de S. João de Ponta Delgada adveio da necessidade de dar continuidade aos estudos desenvolvidos para os Açores ao nível da propriedade em geral (Gregório 2007; Rodrigues 2004) e desta forma igualmente complementar o trabalho desenvolvido em contexto nacional (por exemplo, Gonçalves 1989; Maia 1991; Silva 1994).

1. A fundação

No contexto da fundação do convento de S. João, a organização interna da Casa, os elementos que dela faziam parte, tal como a sua projeção no exterior, apontam claramente para uma sólida correlação entre as religiosas que incorporam o cenário religioso em causa e o seu universo de origem, uma correlação que condicionava a relação hierárquica no interior do convento. No documento fundador são expressas disposições que indiciam não só a condição social dos fundadores, como a proveniência das professoras. Até porque o património cedido ao convento, sob forma de dote, nunca poderia ser inferior a três moios de propriedade. Portanto, seriam filhas de nobres ou, pelo menos, filhas de famílias abastadas, portadoras de um dote à altura do seu estatuto (Lalanda 1987: 186-191). Esta condição traduz o seccionamento social vertical caracterizante do modelo societal em vigor no Antigo Regime. Uma pirâmide funcional do topo para a base, com distribuição desigual da riqueza e do trabalho. Mais do que tudo, o nome de nascimento é o marco da diferença. Depois, o direito, adquirido no “berço” é revigorado pela lei. Na base está, no fundo, a distinção entre nobreza e trabalho manual. Nestas circunstâncias o mosteiro reflete e funciona como mais um pilar da organização social vigente à época (Rodrigues 1994: 173; Veríssimo 2000: 371-372).

A fundação de mosteiros de Clarissas mostrou-se uma estratégia importante de salvaguarda sucessória das famílias dominantes. As casas monásticas, não sendo dotadas pela coroa, sustentavam-se pelas rendas do padroado (Franco 1995; Martínez López 1996; Martins 1992) e pelos dotes das freiras e eram administradas pelos familiares dos fundadores e/ou pessoas de sua confiança. Disso resultava uma clara seleção da admissão às casas da Ordem de Santa Clara (Rodrigues 2004: 462). O ingresso das jovens da elite nos conventos envolvia um dote mais acessível do que um dote destinado ao casamento. Era, pois, um fator mais que suficiente para merecer a

preferência das famílias que se decidiam, sempre que possível, pelo afastamento de familiares do mercado matrimonial (Rodrigues 2004: 472). Nos séculos XVII e XVIII há claramente um florescimento de casas religiosas femininas em S. Miguel, que seriam “seis mosteiros (quatro em Ponta Delgada, um em Vila Franca do Campo e outro na Ribeira Grande) e três recolhimentos, localizados na cidade”, que “davam guarida a uma população de professoras, noviças e fâmulas que ultrapassava, no final do primeiro quartel de Setecentos, as oito centenas de mulheres” (Rodrigues 2004: 473).

2. A estruturação do património

O núcleo documental por nós consultado possibilitou o conhecimento sobre a localização e a construção do convento de São João de Ponta Delgada. Numa dotação realizada a 4 de Outubro de 1594 por Manuel Martins Soares e sua mulher Maria Jácome Raposo, é referido que tinham erigido uma igreja junto das suas casas de residência: “*he acabada ela/ha hemvocação della seria do/bem aventurado apostolo he/vangelista São João ha coall/jgreja pera a fabriqua e repajro da djta Igreja que asjm/feito hum granel e hua /tulha telhada que de baixo do dito gra/nell estaua feita de padre de/baRo e coberta de telha/*”². Foi a partir desta supracitada igreja, que na realidade constituía o cerne do seu património urbano, que S. João instituiu e ampliou o seu espaço, usando de uma política de aquisições confluyente com os seus interesses de afirmação e expansão da sua propriedade, quer se tratassem de transações sobre prédios urbanos e/rurais, ou mesmo, de rendimentos, como explicitaremos no decurso deste capítulo.

Do ponto de vista da construção patrimonial do cenóbio é, portanto, significativo não só distinguir o núcleo central do património do remanescente, bem como seguir e apreender como se foi compondo, estruturando e renovando ao longo do tempo este mesmo património. É de destacar a existência de uma expressão numérica bastante superior dos prédios rurais. O que é bastante fácil de entender. Tal processo, por um lado, teve origem na predominância da tipologia proprietária dominante patente no documento instituidor. Por outro lado, o facto de a maioria dos dotes ser em trigo, obrigava aos dotadores a recolherem os réditos nas suas propriedades rurais (Cf. Quadro 1).

Quadro 1. Tipologia dos dotes (1602-1695)

Tipo	nr. de casos	%
Trigo	30	60
Dinheiro	4	8
Trigo e Dinheiro	15	30
Propriedades	1	2
Total	50	100

Pese embora esta propriedade não fosse considerada no verdadeiro sentido do termo, de posse plena, o certo é que o acto enfiteutico esbatia de certa forma esta mesma realidade, proporcionando não só a ampliação do património como também o poder e o

² Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, MON 035, N°13.

desenvolvimento de áreas de influência em certas zonas da ilha. Conjuntamente, a política de aquisições encetada pelo convento, como explicitaremos mais à frente, veio igualmente dar prioridade aos prédios urbanos mais próximos da cerca conventual, tal como nas zonas rurais a compra de propriedades, mais concretamente de foros, é concretizada em zonas imediatamente contíguas, ou seja, onde o cenóbio já detinha propriedades e/ou o usufruto das mesmas. Na sua composição esses bens urbanos são compostos fundamentalmente por casas e chãos, surgindo mais raramente a referência a granéis, tulhas e torres sobradadas (Delfim 2012: 89).

A intenção de ampliar o espaço ocupado pelo convento fica clarificada por uma escritura de compra realizada em 22 de Maio de 1619 entre o cenóbio e o licenciado João Moreira, em que o último vende ao convento um assento de casas com cerrado. Esta propriedade era confrontante a norte com as religiosas de São João, a sul com o capelão André Dias de Araújo e foro da Misericórdia, a poente com rua pública e a nascente com as compradoras (Delfim 2012: 90). Do mesmo modo, em 7 de Março de 1675, o convento de S. João de Ponta Delgada adquiria a Dona Isabel da Silva, um granel sobradado alto e baixo sito na rua direita, confrontando a norte com rua pública e com casa e quintal de António Botelho, a nascente com muro do convento (Delfim 2012: 90). Esta tendência acabou por conferir ao património de São João um formato radial e expansionista, incluindo neste processo o seu suporte natural, que era a propriedade transmitida pelos dotadores.

À data da fundação, o convento possuía propriedades nos concelhos da Ribeira Grande, de Ponta Delgada (centro e termo) e de Nordeste. Com a sucessiva entrada de dotes de freiras e com a aquisição de foros e propriedades assistiu-se à ampliação do património e à sedimentação das tendências iniciais (Cf. Quadro 2).

Quadro 2. Património fundiário distribuído por concelhos

Designação dos Bens	Ponta Delgada	Ribeira Grande	Lagoa	Nordeste	Total
Terra lavradia	29	11	7	1	48
Terra lavradia e de comedia	3	-	1	1	5
Terras, cerrados, casal e terras lavradas	1	-	-	-	1
Cerrados	2	-	-	-	2
Vinhas	3	-	-	-	3
Biscoito	1	-	-	-	1
Total	39	11	8	2	60

A representatividade dos bens sitos em Ponta Delgada é notória face às restantes unidades concelhias. Num total de 39 propriedades, 29 são terras lavradas. Na composição deste património apurámos outras designações, tais como, “*terras lavradas e de comedia*”, “*terras, cerrados, casal e terras lavradas*”, vinhas e cerrados. Verifica-se que o peso dos bens rústicos com 77% face ao todo, é o mais expressivo do património fundiário do cenóbio, perante 23% de bens urbanos confirmados (Cf. Delfim 2012: 93).

Já no tocante à dimensão e valores das unidades componentes do património rústico do convento de S. João, podem-se também avançar dados concretos (Cf. Quadro 3). Nas medições dos terrenos detectadas nas fontes, o moio e o alqueire em sementeira, juntamente com a vara de medir pano (12 palmos), são as medidas mais detectáveis. As duas primeiras são claramente medidas de capacidade em sementeira; a segunda é considerada medida de comprimento (Gregório 2001: 127). Quanto à dimensão das propriedades detectadas na nossa documentação, constatamos que 65% das unidades não atingiam os 5 hectares, sendo que, no total, 85% destes bens ficavam abaixo dos 10 hectares. No respeitante às dimensões destes bens, no geral, averiguamos que a percentagem atrás designada de 85% se insere no panorama da pequena superfície e da média superfície. A área patrimonial que vai dos 10 aos 20 hectares regista um valor bastante mais baixo (8%). Bastante mais afastadas ficam ainda as áreas cujos montantes se balizam entre os 20 hectares e os 30 hectares, com apenas 3% das ocorrências, sendo o mesmo constatado para as propriedades com dimensões entre os 80 hectares e os 90 hectares (2%) e as acima dos 100 hectares (2%) (Delfim 2012: 94).

Quadro 3. Dimensões das propriedades (1602-1694)

Área	Casos (%)
<1ha	22
>1ha <5ha	43
>5ha <10ha	20
>10ha <20ha	8
>20ha <30ha	3
>80ha <90ha	2
>100ha	2

Podemos concluir, por isso, que as propriedades fundiárias exploradas pelo convento de S. João eram de pequena e média dimensão, a considerar pelos valores das superfícies apresentadas (Gregório 2008: 129-131; Delfim 2012: 94). Portanto, no âmbito de uma política de aquisições, há que considerar a hipótese do mosteiro querer desenvolver zonas de influência e de exploração sob o seu controlo. Na prossecução da mesma política de gestão terão tido interesse em continuar na ocupação dos solos mais férteis da ilha, preocupação que lhes garantia uma maior produtividade pelo consequente maior granjeio das colheitas. Tudo junto desencadearia uma necessidade e indispensabilidade de aumentar e fortalecer o estabelecimento de propriedades em determinadas zonas da ilha.

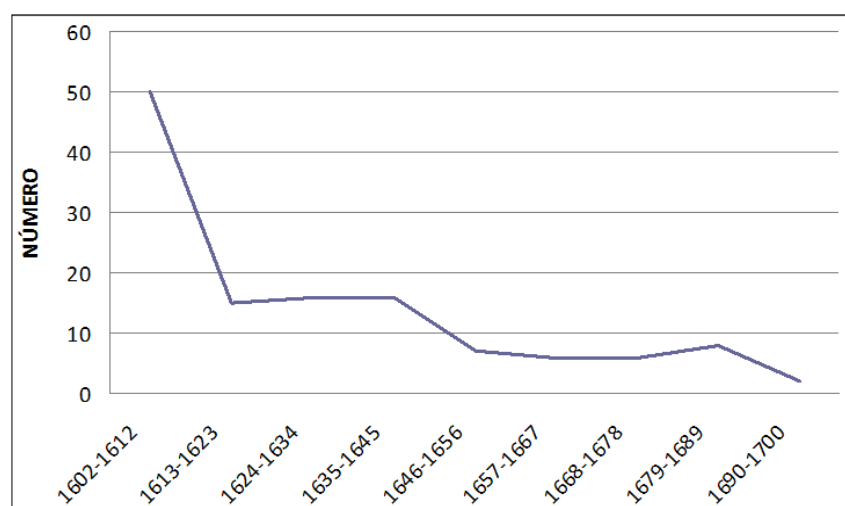
Pela análise do Quadro 4 e por comparação entre aquisições de foros e compras de propriedades, os números que apresentamos demonstram uma diferença relativamente acentuada: 62% relativamente à aquisição de foros e 38% relativamente à aquisição de prédios. A opção entre a aquisição de foros e/ou propriedades deve ter sido feita em consequência das necessidades de trigo no primeiro caso, quer se destinasse ao aprovisionamento para sustento da comunidade e/ou para eventual venda no mercado. No tocante à aquisição de propriedades e pelo exemplo da mercê régia recebida em Março de 1625, a razão poderia relacionar-se com o interesse e/ou necessidade de obter mais rendimentos, consignados e/ou não com objetivos de concentração patrimonial.

Quadro 4. Ritmos das compras do convento (1602-1700)

Anos	Propriedades	Foros
1602-1612	2	3
1613-1623	6	8
1624-1634	4	5
1635-1645	1	2
1646-1656	0	2
1657-1667	0	0
1668-1678	2	1
1679-1689	0	4
1690-1700	1	1

Pela leitura do Gráfico 1 verificamos que a época mais significativa da constituição patrimonial do convento de S. João de Ponta Delgada é atingida logo na primeira década, entre 1602 e 1612, e que é sincrónica com a doação dos seus instituidores e simultânea aos dotes de entrada das primeiras religiosas. Ambas as situações foram sem dúvida responsáveis pelo arranque do património do convento de S. João de Ponta Delgada.

Gráfico 1. Os ritmos da formação patrimonial



Pela análise dos decénios posteriores a este momento inaugural, percebemos que existiram desníveis na construção deste património, embora percecionássemos outro período de importante integração patrimonial que ocorre entre 1635 e 1645, respetivamente.

3. A exploração e o regime da propriedade

Não obstante os esforços empreendidos, foi complexo apurar na documentação a existência de propriedades exploradas de forma directa. Esta contrariedade está relacionada com o género e quantidade de documentação disponível (a exiguidade documental, verificada por exemplo ao nível dos cadernos de receitas e despesas) e vem demonstrar mais uma vez que este género de exploração tende a cair em desuso e a ser substituído pelo regime de exploração indirecta (Conde 2000: 171). O convento celebrou 24 contratos de locação entre 1602 e 1702. Foram registados 16 aforamentos e 8 arrendamentos (Quadro 5).

Quadro 5. Frequência dos contratos

Anos	Arrendamentos	Aforamentos
1602-1612	0	1
1613-1623	0	3
1624-1634	2	6
1635-1645	2	1
1646-1656	0	1
1657-1667	3	1
1668-1678	1	1
1679-1689	0	1
1690-1700	0	1

É bastante perceptível que a maioria dos contratos era de natureza enfitêutica. O balanço da atividade contratual obtida para S. João leva-nos a ponderar uma incipiente presença da mesma. A comparação com outros cenóbios coevos (Silva 1994: 53-58; Maia 1991: 107-131) mostra-nos uma presença mais forte dos contratos de locação, mesmo tendo em conta que, quando mencionámos a título de exemplo os casos do Mosteiro de Ganfei e do Mosteiro de Bustelo, deparámo-nos com realidades patrimoniais totalmente distintas em termos dimensionais relativamente ao convento de S. João de Ponta Delgada. Os decénios em que o cenóbio efetivou mais contratos de aforamentos coincidiram igualmente com o momento de maior impacto dos arrendamentos. Para os contratos de arrendamento e inversamente ao averiguado para os arrendamentos, notaram-se alguns períodos de inexistência desta forma contratual. No que concerne aos níveis de sustentabilidade económica do mosteiro verificamos, algumas vezes, uma tendência oscilante ao nível das receitas. Concorreria para esta situação o atraso na entrega dos foros junto com as despesas derivadas do sustento da Casa. Como fonte de receita o mosteiro beneficiava igualmente dos lucros provenientes da venda de algum cereal.

Conclusão

Para finalizar, podemos elaborar em termos genéricos um quadro reflexivo sobre a nossa análise. Quanto ao género de proprietário que era o convento de S. João de Ponta Delgada, este parece encaixar modelarmente naquilo que usualmente se intitula de

proprietário rentista, dado que não detinha a posse plena da grande maioria dos seus bens. Esta circunstância foi-lhe sancionada, logo à partida, pelo documento instituidor, pelas cláusulas dos dotes das religiosas e pela política aquisitiva que empreende ao longo da centúria e onde preponderou a compra de foros. O ponto mais alto da constituição patrimonial foi atingido na primeira década (1602-1612) e é sincrónico com a dotação primordial e com os dotes provenientes das primeiras ingressas. Ambas as situações foram sem dúvida responsáveis pelo arranque do património do convento de S. João de Ponta Delgada. Já pela comparação com os decénios posteriores a este momento inaugural, percebemos que existiram desníveis na construção do mesmo património, embora tenhamos percebido outro período de importante integração patrimonial: 1635-1645.

Queremos com isto explicitar que com o apoio nos informes disponíveis e ao nível da incorporação material, se conseguiu demonstrar que é manifesto um impulso inaugural, precedido por uma inclinação sensível logo no decénio de 1613-1623 e que esta tendência permaneceu com valores mais ou menos regulares e similares a seguir ao segundo decénio de maior impacto (1635-1645). Desta forma, apreendemos as fases de maior e menor impacto na construção do património em análise, como também a expansão dos focos de interesse inaugurais, que se concentraram fundamentalmente na realidade concelhia de Ponta Delgada. Assim, nas 42 compras efetuadas pelo convento, fomos capazes de perceber que a par da tentativa de aumento do património existia uma intenção nítida de concentração do mesmo. Dez aquisições são feitas no concelho de Ponta Delgada, onde o convento de S. João já em 1602 comportava o maior número de propriedades: das 31 propriedades doadas pelos instituidores, cerca de 23 tinham a sua localização em Ponta Delgada.

Pelas razões atrás enunciadas ficou claro que no respeitante à localização preferencial da propriedade do convento de S. João a maior concentração se verificou no concelho de Ponta Delgada. Na esteira desta cidade surgem as vilas da Ribeira Grande e da Lagoa, respetivamente. Não obstante, foram localizadas analogamente algumas propriedades no Nordeste, embora neste caso o seu peso tenha sido bastante inferior. Percebemos ainda pela leitura da nossa mostra documental as crescentes restrições aplicadas pelas Leis de Amortização, pese embora, o convento de S. João de Ponta Delgada, em conformidade com outros cenóbios congéneres, tenha conseguido alcançar mercê régia para a aquisição de algumas das suas propriedades como pontualmente mencionámos. Pudemos perceber, neste âmbito, que as aquisições privilegiaram primordialmente compras de foros com uma percentagem que atingiu a ordem dos 62%, contra somente 38% de aquisições de propriedades, sendo alvo de preferência os lugares onde o convento já detinha algum património. No conspecto geral a propriedade do convento de S. João assentava fundamentalmente em bens imóveis com uma percentagem rural que rondava os 77%. Quanto à dimensão destas propriedades, verificámos que 43% destas unidades permaneciam abaixo dos 5 hectares e que, no total, 85% destes bens atingiam a média dos 10 hectares, inserindo-se, portanto, no panorama daquilo que usualmente se considera uma pequena ou média superfície.

Finalmente, e partindo do pressuposto de que os primeiros povoadores transplantaram os modelos de ocupação do território continental para as ilhas, é pertinente conferir como os autores e atores deste processo souberam adaptar o paradigma de que eram herdeiros à novel realidade insular de seiscentos, no caso, singularmente ajustado ao universo monacal feminino.

Referências

- Conde, Sílvio. 2000. *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia Histórica, Vols. I e II.
- Delfim, Graça. 2012. *O Património do convento de S. João de Ponta Delgada no século XVII*. Dissertação de Mestrado. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Franco, Juan Hernández. 1995. *Familia y Poder, Sistemas de reproducción social en España (siglos XVI-XVIII)*. Murcia: Universidad de Murcia.
- Gonçalves, Iria. 1989. *O Património do Mosteiro de Alcobaça Nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas.
- Gregório, Rute Dias. 2001. *Pêro Anes do Canto: Um homem e um património (1473-1556)*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Gregório, Rute Dias. 2007. *Terra e fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*. Ponta Delgada: CHAM.
- Gregório, Rute Dias. 2008. “Formas de organização do espaço”, in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, dir. Artur Teodoro de Matos, Avelino Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 111-140.
- Lalanda, Maria Margarida de Sá Nogueira. 1987. *A Admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI e XVII)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Maia, Fernanda Paula Sousa. 1991. *O Mosteiro de Bustelo: Propriedade e Produção Agrícola, no Antigo Regime, (1638-1670 e 1710-1811)*. Porto: Universidade Portucalense.
- Martínez López, David. 1996. *Tierra, herencia y patrimonio*. Jaén: Universidad de Jaén.
- Martins, Rui Cunha. 1992. *Património Parentesco e Poder*. Lisboa: Escher.
- Ratto, Cristina. 2009. “La Ciudad dentro de La Grande Ciudad. Las imágenes del convento de monjas en los virreinos de Nueva España e Perú”. *Annales del Instituto de Investigaciones Estéticas*, n. 94: 59-92.
- Rodrigues, José Damião. 1994. *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas, Ponta Delgada no século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural.
- Rodrigues, José Damião. 2004. *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Silva, Célia Maria Taborda. 1994. *O Mosteiro de Ganfeí. Propriedade, Produção e Rendas no Antigo Regime (1629-1683 e 1716-1822)*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Veríssimo, Nelson. 2000. *Relações de Poder Na Sociedade Madeirense do século XVII*. Funchal: Coleção História da Madeira, n. 1, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.